

Tempo-diversidade: aprendendo com algumas histórias guarani mbya e quilombolas entre o Vale do Ribeira e a cidade de São Paulo¹

Autora: Laura Pappalardo (USP/ São Paulo)

Palavras chave: tempo, planejamento, *moatyrõ*

Estávamos sentados em um tronco de árvore no chão, em roda, eu e um colega arquiteto, em conversa com Jurandir Augusto Martim (Tupã Djekupé Mirim), professor, pensador e construtor Guarani Mbya, na terra indígena jaraguá. Enquanto discutíamos o modo como iríamos construir uma nova casa para uma moradora no território da Terra Indígena Jaraguá, Jurandir Tupã Djekupé Mirim apontou para uma construção que estava na nossa frente, feita de alvenaria, e nos disse:

“Estão vendo essa construção? essa construção é uma construção morta. A construção guarani mbya é viva, a gente quer fazer uma construção viva. Por exemplo, uma parede feita de terra, de pau a pique, ela respira. Uma arquitetura viva respira. Ela mexe, e precisa manter ela de tempos em tempos, porque ela tá viva.”

Construir no tempo

Entre outubro de 2023 e maio de 2024 participei como arquiteta da construção de uma casa para uma senhora Guarani, moradora da aldeia Pyau, na Terra Indígena Jaraguá. O projeto foi parte do trabalho que fazemos enquanto Chão Coletivo², um coletivo de arquitetos *juruaás* (não indígenas) trabalhando em aliança com construtores e lideranças Guarani. Jurandir Tupã Djekupé Mirim nos disse, desde o início da construção da casa, que gostaria que o processo construtivo da casa fosse também um processo pedagógico, formando tanto arquitetos *juruaás* quanto moradores guaranis da TI Jaraguá sobre como construir casas vivas. Certo dia na obra, vi alguns pontinhos na parede de taipa recém feita. Perguntei o que era: "são fungos. Eles aparecem quando a parede está seca. Os fungos indicam quando a parede está pronta."

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

² Coletivo composto por Beatrice Perracini Padovan, Isabela Moraes, Glória Kok, Giulio Michelino, Laura Pappalardo. Acesso em: <https://www.chaocoletivo.com/>



Imagens 01 e 02: fungos na parede indicando que a parede estava seca / pronta.



Imagens 03 e 04: Fotos de Jurandir Augusto Martim (Tupã Djekupé Mirim) construindo a casa na aldeia Pyau.

Jurandir também nos disse que nenhuma casa guarani é feita igual a outra. Cada casa tem seu tempo de ser feita. A casa, que planejamos inicialmente fazer em três meses, ficou pronta em seis, o dobro do tempo planejado.

Como pesquisadora no departamento de Planejamento Urbano e Regional da FAU-USP, venho refletindo, muito em conjunto com os diálogos e trocas com Jurandir, a respeito da palavra "planejamento". Em março de 2024, junto com o Chão Coletivo, coletivo de arquitetos *juruás* (não indígenas) e Guaranis já mencionado anteriormente e do qual faço parte que vem trabalhando com os moradores da aldeia Pyau na Terra Indígena Jaraguá desde 2019, realizamos uma reunião na Aldeia Pyau com lideranças, construtores, agentes de saúde indígena e moradores Guarani da aldeia, junto com o engenheiro de saneamento e técnico em saneamento ecológico Vitor Chaves, que contratamos para uma assessoria em saneamento ecológico na aldeia no âmbito do edital de Assistência Técnica em Habitação Social (ATHIS) realizado entre setembro de 2023 e abril de 2024. A reunião foi um retorno

do levantamento que fizemos das condições da rede de saneamento na aldeia Pyau (referente às condições de distribuição de água, de rede de tubulação da aldeia e estratégias de coleta e tratamento de lixo e esgoto). Durante a reunião, a liderança e *xeramoí* Guarani Mbya Natalício Karai comentou do problema que estão enfrentando na aldeia em relação às novas conexões que estão sendo adicionadas para expandir a rede de distribuição de água às novas casas. Frente à falta de resposta da Sabesp à demanda dos moradores para expandir a rede de acordo com o aumento do número de moradores ao longo dos últimos anos, os moradores vem fazendo eles mesmos a ampliação da rede. Conforme colocou Natalício Karai:

“É importante pensarmos no planejamento. Planejar é diferente de ligar um cano no outro sem pensar no que isso vai causar. Sem planejamento não dá pra fazer, faz aqui e depois já estoura ali. Tem que planejar o caminho da água para chegar em todas as casas, é importante fazer um projeto bem feito. Por exemplo, vejam a caixa d’água da UBS. Quando meu neto crescer, ele ainda vai ver essa caixa d’água ali, bem feita.”
(Fala de Natalício Karai, notas em reunião Março 2023)

O uso do termo “planejamento” quando escolhido por Karai no contexto da aldeia durante a reunião sobre as condições da rede de saneamento na aldeia Pyau, pode designar intenções ou entendimentos completamente diferentes de quando o termo “planejamento” é ativado por gestores públicos do Governo do Estado de São Paulo para falar do mesmo problema (acesso a rede de saneamento). A palavra “planejamento” carrega sobreposições de significados e contradições. Natalício Karai argumenta por um planejamento da rede de saneamento que garanta qualidade de vida na aldeia Pyau, que contribua para o bem viver Guarani na cidade de São Paulo. Aprendendo com o apontamento de Karai—como planejar para o bem viver?—O que qualificam políticas que zelem por um planejamento vital (políticas que planejam vida, para o bem viver)?

Em abril de 2024, tive a oportunidade de acompanhar uma visita em Belo Horizonte para participar do evento "Arquiteturas indígenas em diálogo", a convite dos organizadores Thiago Benucci, Carolina Cardoso, Lucas Carvalho e Renata Marquez, acompanhando Jurandir Tupã Djekupé Mirim, Seu Nico Xakriabá e Beatrice Perracini. Antes da roda de conversa iniciar, estávamos andando pela cidade, quando perguntei para Jurandir Tupã

Djekupé Mirim se existe alguma palavra em guarani para “planejamento”. Jurandir Tupã Djekupé Mirim pensou por um momento e respondeu:

“Primeiro tenho que entender o sentido da palavra planejar. No Guarani Mbya tem organizar, não tem planejar. Planejar pressupõe que o humano é o centro. O humano como centro não faz sentido pra gente. O guarani usa organizar, mas não planejar. Planejar também impõe um tempo, isso não funciona pro mbya. Por isso pra gente faz sentido organizar mas não planejar. Planejar, por exemplo, mudar o curso de um rio, isso não funciona pra gente. Nossa forma de trabalhar envolve todo um tempo. Temos que pedir permissão pro trabalho pelo *petyngua*. Isso leva tempo. Esse tempo não cabe no planejamento. Quando falaram que o índio é preguiçoso e não gosta de trabalhar desconsideraram o tempo de pedir permissão e de preparo pro trabalho” (Tupã Djekupé Mirim, conversa em Abril 2024.)

Desde então, venho conversando bastante com Jurandir sobre o tema do que significa "planejar". Ferramentas, como a etnografia, desde o campo da antropologia, podem contribuir com esta revisão. Em junho de 2024, elaborando um projeto para captação de recursos para o Chão Coletivo fazer, em conjunto com Jurandir Tupã Djekupé Mirim, um manual de construção, trouxe um pouco das inquietações que surgiram com as colocações de Jurandir acerca da palavra "planejamento":

Laura: Fiquei pensando nisso, de como pensar uma arquitetura viva. Acho que meu pensamento *jurua* é muito aqui em cima, fora do território. Tentei colocar de algum essa pergunta pra você, nessas conversas que a gente está tendo do que é arquitetura viva, e você falou uma coisa que eu achei muito precisa, que o jeito guarani de construir é simples, é muito aterrado, é o jeito de fazer na prática. E às vezes a ideia *jurua* fica muito no abstrato, no aéreo, e acho que isso diz muito dos processos de fazer né? Do processo "mão na massa", na prática, na técnica.

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Na verdade, é isso mesmo que acontece. Eu vi um vídeo engraçado, de um engenheiro elétrico. Ele falou

assim: sou engenheiro elétrico. Aí perguntaram pra ele: e quando te chamam pra fazer as instalações elétricas? Ele respondeu: ah, aí chama o eletricista, porque eu não sei mexer.

Laura: é igual arquiteto né, desenha, mas daí pra fazer..

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: É engraçado, comecei a dar risada

Laura: é, (risos), a teoria eu sei, mas na prática..

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: é, na prática, chama o eletricista...

E assim a arquitetura talvez seja uma das bases da mudança de tudo. Não é só uma questão da responsabilidade climática, de plantar. Não, é além, tem que mexer em todas as coisas. E a arquitetura tem muito a contribuir com isso. A primeira coisa que a gente tem que fazer é conhecer o local, conhecer o ambiente, se climatizar com o local, e só aí pensar nas estruturas e materiais, dependendo do local onde você vai agir. Só então desenho. Penso onde está o sol, onde o sol é importante nesse caso, será que o sol é importante no que? É importante no bem estar da pessoa, da família. A lógica da organização segue o necessário para ter uma qualidade de vida. Uma casa que tem o respeito com o local, com os elementos. É importante saber que direção que vai fazer a casa. E porque é importante saber em que direção fazer a casa? Aí tem um saber ancestral, que foi passado para nós, que também vai influenciar a energia da casa.

Laura: Penso como o *juruá* percebe a importância do espiritualizado, de camadas que não consegue ver. Outro dia estava andando com o seu Luiz na aldeia³, foi nos mostrando ao longo da caminhada as patas da anta, por onde a anta caminha. Eu perguntei pra ele: "o que a anta come?" E ele disse: "ela come de tudo um pouquinho. Por isso é difícil ver, porque como ela come um pouquinho de cada não deixa muito rastro." Fiquei pensando como o não deixar rastro é uma coisa muito importante. Por exemplo, para construir uma casa *juruá*: você tira um monte de areia de um lugar, tira um monte de concreto de outro, deixa um monte de cicatriz, pra fazer uma casa. E às vezes,

³ Conversa com Luiz Euzébio, Cacique da aldeia Peguaoty, em Junho de 2024.

a construção viva é também como tirar o material de um jeito respeitoso, que não vai deixar cicatriz.

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Por isso, quando a gente pensa nisso, é importante reconhecer o local. Se eu chegar, fizer um buraco pra tirar terra pra fazer as paredes, tenho que pensar depois que destino vou dar para aquele buraco. Ele tem que ser funcional. Que nem aqui, quando fiz essa casa aqui, eu tirei a maioria da argila dos barrancos, porque é onde eu estava pensando em deixar a casa com menos contato com a água da chuva. Então tirei da lateral da casa e, ao mesmo tempo, acertando os barrancos e o lado de fora pra ela poder ter a fluidez da água. Ao mesmo tempo que usei a argila do entorno, a terra que tirava ia acertando o espaço do quintal.

Laura: Gera um equilíbrio.

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Se você for ver minha casa não deixou muito rastro, foi nesse pensamento. Na casa da Helena, o buraco de onde a terra foi tirada foi utilizado para tratamento de água cinza. Tem que pensar nesses equilíbrios da casa.

Laura: nesse sentido volta aquela conversa da diferença do planejamento e da organização. A organização é no tempo, no momento que você tá fazendo a casa tira um pouquinho daqui e põe ali, vai equilibrando as coisas, assim?

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Sim, sim, vai organizando né, aonde você tá mexendo.

Laura: Aquele dia na *opy*⁴ você falou de uma palavra guarani que é organizar?

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: *Nhemoatyro*. Na verdade, se eu for falar *nhemoatyro*, é "vamos arrumar". No sentido da palavra *nhemoatyro*, é vamos arrumar. Vamos arrumar é também organizar, né? Então, por isso que a palavra mais próxima da organização em guarani é *nhemoatyro*. Enquanto planejamento já não tem em guarani, tá vendo, porque é abstrato. O

⁴ Casa de Reza

planejamento é abstrato, porque você vai organizar de uma forma que não é palpável, entendeu?

Laura: É fora do tempo, né?

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: É, fora do tempo. Você não pode apalpar o planejamento. Você planeja, mas quando você for fazer a execução do planejamento, você tá organizando. Ai você tá organizando. Por isso que faz mais sentido o *nhemoatyro*, vamos arrumar, deixar tudo certinho, organizadinho, faz mais sentido do que o planejamento.

Laura: Isso de arrumar é muito legal, de ir fazendo na hora, ir colocando aonde faz sentido,

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Porque é simples assim, as coisas no mundo, as coisas mais simples são as que dão mais certo. Aí, quando falam assim: "mas quer dizer que vocês não planejam? Então vocês fazem as coisas de forma desorganizada?" Não. É ao contrário, a gente não planeja, mas faz as coisas de forma organizada. Não é planejada, porque no planejamento você não tem algo assim. Você começa organizando antes do que planejar. Organiza o solo para colocar os pilares, organizou ali certinho. Depois você vai e coloca os pilares, tá organizado ali. Então é dessa forma.

Laura: Nesse sentido, também a gente falou, daquela vez em Minas Gerais, que o planejamento coloca o ser humano no centro, né? E no *nhemoatyro* o humano não está no centro. Você tá ali, fazendo junto e conversando com quem tá em volta, humano ou não humano, é um diálogo.

Jurandir Tupã Djekupé Mirim: Isso, é mais coletivo e é um diálogo. Você conversa, debate: será que é importante a gente fazer como essa medição? A tá, então vamos decidindo conforme fazemos. Agora, o planejamento não, você tem um centrismo, e aí já não funciona tão bem. Não que o planejamento não funcione, mas a organização funciona mais. Tanto é que quando as pessoas planejam muita coisa tem uma expectativa do planejamento e quando vai executar não sai aquilo que ela planejou.



Imanges 05-08: Fotos de oficina de ciclo de bananeira e construção de casa na aldeia Pyau com Jurandir Tupã Djekupé Mirim e Henrique Rodrigues

Tupã Djekupé morou durante alguns meses na aldeia Takuari, no Vale do Ribeira e tem planos hoje de voltar a morar na região. As aldeias guarani situadas no Vale do Ribeira estão em direta relação com as inúmeras aldeias guarani situadas na região Sul e Sudeste do Brasil, entre redes de parentesco de seus habitantes com habitantes de outras aldeias, com uma ampla fluidez de moradores indo morar e visitar outras aldeias, bem como mantendo redes de troca de bens culturais e materiais.⁵ Conforme colocou o cacique da aldeia Peguaoty Luiz Euzébio em abril de 2024 durante atividade realizada de “qualificação intercultural” do PSA Guardiões da Floresta:

“Todo esse espaço é linguagem indígena. Curitiba, Iguape, Pariquera-açu. Vai subindo: Angra dos Reis, é tudo língua indígena. Quando português falou que “descobriu”, já tinha gente aqui. E não era pouca, era muita gente. Onde hoje é a cidade de São Paulo é onde os povos se encontravam, lá era uma grande aldeia. Nós sabemos que toda essa cidade que se formou hoje é território indígena. Aqui (na aldeia Peguaoty) tem área reconhecida, mas ainda não foi demarcada. Isso fica difícil. Mas estamos aqui, com o pé firme. É com a terra demarcada que mantemos nosso conhecimento, o nosso nhandereko dentro da *tekoa*, da aldeia. Nós somos daqui, podemos dizer que somos a raiz desse litoral.” (Luiz Euzébio, relato em 02 de abril de 2024)

Em abril de 2024, os agentes indígenas Guarani Mbya da aldeia Peguaoty organizaram uma recepção na aldeia para coordenadores pedagógicos e professores de três escolas em Sete Barras, município cujos limites se sobrepõe à Terra Indígena Peguaoty, bem como coordenadores da Fundação Florestal e gestores dos dois parques que se sobrepõe a TI—os Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Carlos Botelho.⁶ Durante o encontro, o *xamoi* e cacique da aldeia Peguaoty, Luiz Euzébio, fez uma fala conjunta com o cacique Renato

⁵ FUNAI. Relatório Circunstanciado De Identificação E Delimitação Terra Indígena Guarani Peguaoty - Sp, Vale Do Ribeira, Município De Sete Barras, 2010.

⁶ Tive oportunidade de acompanhar o encontro como voluntária no CTI, contribuindo com a organização e articulação do evento entre os agentes indígenas e os agentes da Fundação Florestal e com representantes da Secretaria de Educação e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento de Sete Barras.

Wera Mirim, da aldeia Pindó-ty no município de Pariqueira Açú, convidado por Luíz Euzébio para participar do evento. Durante o encontro, Wera Mirim ressaltou que a aldeia Pindó-ty também teria interesse em realizar a parceria com o PSA, e pontuou a importância da presença Guarani Mbya e indígena para a preservação da biodiversidade e da Mata Atlântica no Vale do Ribeira: “Existem 22 aldeias hoje no Vale do Ribeira. Onde tem aldeia, tem preservação.” (Wera Mirim, relato em 02 de abril de 2024)

O Vale do Ribeira, com 23 municípios no estado de São Paulo e sete municípios no estado do Paraná, é o maior remanescente de Mata Atlântica do Brasil. O Vale do Ribeira é também a região com maior concentração de comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, também convivendo com comunidades indígenas, em sua maioria do povo Guarani Mbya, caiçaras, pescadores e pequenos produtores rurais. A preservação da Mata Atlântica no Vale do Ribeira vem sendo construída como um mosaico de paisagens afro-indígenas há centenas de anos, fruto de seus modos de habitar, de fazer roça, de se relacionar, entre seus cruzamentos, agenciamentos, diferenças e resistências.

Desde 1989 o Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB) responde à ameaças de remoções por projetos de infraestrutura.⁷ A liderança e ativista caiçara da Juréia, Adriana Lima, descreve como desde a década de 70 a especulação imobiliária, processos de grilagem da terra, e legislações de reserva de proteção integral da Mata Atlântica em Unidades de Conservação impedem o acesso de comunidades tradicionais no Vale do Ribeira à terra e ao manejo da Mata Atlântica. Essas mesmas comunidades realizam o manejo da Mata Atlântica há séculos, sem degradar o bioma e, pelo contrário, aumentando sua biodiversidade, tal como expõe o estudo “Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil – Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças” lançado em 2021.⁸

O fórum de povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira é um fórum entre povos indígenas, caiçaras, quilombolas e ribeirinhas do Vale do Ribeira. Como colocou Adriana Lima no 7º fórum de povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira realizado

⁷ Ver: <https://eaacone.webnode.com.br/moab/>. Ver também: <https://ladi-prod.lib.utexas.edu/pt-br/EAAZONE/64c674e0-a929-4758-bbb9-5415838193b3>

⁸ Adams, Cristina; Cunha, Manuela Carneiro da; Barbosa, Sônia Barbosa Magalhães. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil – Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2022.

em 2018, o fórum é um espaço de trocas entre questões e lutas em comum, principalmente a luta pelo território e contra grandes empreendimentos, entre estes diferentes povos e comunidades, bem como conhecendo as lutas específicas de cada comunidade.⁹

Se Práticas quilombolas e indígenas de manutenção, manejo e cuidado da terra no Vale do Ribeira mantém também os maiores remanescentes de Mata Atlântica, como políticas públicas destinadas às questões climáticas e os chamados "serviços ecossistêmicos" estão dando suporte e subsídios para as práticas quilombolas, indígenas e caiçaras do Vale do Ribeira de cuidado do solo e manutenção da Mata Atlântica?

Entre-caminhos: direitos quilombolas de ir e vir no Alto e Médio Ribeira

Em agosto de 2023, quando voltava para São Paulo, após passar alguns dias no Quilombo André Lopes, dei uma carona para Zélia até Registro. No caminho, Zélia me contou histórias atuais e de seus antigos, dos saberes de colheita e plantio em seu território. Zélia contou de um tipo de semente, que só tem lá no meio do Sertão do Quilombo André Lopes, que ela sabe onde está e sabe como colher, em qual tempo. Pra plantar essa semente, Zélia me explicou, tem que ter conhecimento também, tem que saber fazer seu beneficiamento, saber limpar, descascar e guardar do jeito certo. Zélia contou que quanto mais seus antigos plantavam e faziam roça, mais a mata crescia em volta.

Como arquiteta, venho conversando com as lideranças e moradores do quilombo André Lopes como poderia utilizar meu tempo de trabalho como pesquisadora para pensar articulações e projetos que façam sentido em diálogo com os moradores do quilombo. Uma demanda que surgiu desde o início é a demanda por uma ponte que ligue a vila do André Lopes, na beira da rodovia estadual SP-165, ao sertão do quilombo. Conforme contam seus

⁹ Este texto não pretende dar conta de todas as camadas de relações e diversidades de saberes presentes no Vale do Ribeira. Apesar de esta pesquisa se focar especificamente na longa história de relações e lutas construídas no alto e médio Vale do Ribeira, nos municípios de Eldorado, Iporanga e Sete Barras, a pesquisa aprende com as falas e ensinamentos das inúmeras lideranças indígenas, caiçaras, quilombolas e ribeirinhas das diversas regiões do Vale do Ribeira. Suas falas e lutas estão registradas em muitos canais de mídia e articulações próprias, tal como é o caso do canal do youtube do fórum de povos e comunidades tradicionais do Vale do Ribeira. Instituições parceiras de longa data destas comunidades, tal como é o caso do Instituto Sócioambiental, do Centro de Trabalho Indigenista e do Conselho Indigenista Missionário, também vem construindo inúmeros materiais que disseminam e ecoam as falas e vozes destas lideranças e pensadores quilombolas, indígenas, caiçaras e ribeirinhos do Vale do Ribeira. Ver:

<https://www.youtube.com/@forumptvaledoribeira6719>

moradores, os governantes do município de Eldorado visitaram o quilombo e informaram ter o dinheiro e a madeira para construir a ponte. Disseram, após a visita, que na semana seguinte o material chegaria e construiriam a ponte. Desde então, não houve retorno:

"faz anos que pedimos pro prefeito de Eldorado fazer a ponte aqui e não faz. Já fomos com os advogados, eu já fui, já faz décadas. Há um tempo, o prefeito veio aqui com a gente, viu a situação e deu um mês para fazerem a ponte. Esse tempo já passou e eles não fizeram. Arquivaram o ofício e não mexem no ofício faz mais de um ano".
(relato de um morador do Quilombo André Lopes)

A ponte viabilizaria o escoamento de produtos quilombolas, a circulação local dos moradores e a estruturação do turismo de base comunitária na região. Histórias parecidas com esta, no quilombo André Lopes, que contam com a promessa dos governantes municipais e estaduais, sem retorno na prática, se repetem em muitos quilombos vizinhos, como é o caso de emendas parlamentares concedidas para realizar melhorias nas estradas de acesso no caso dos quilombos Porto Velho e São Pedro, porém cujo dinheiro nunca chegou. Conforme dizem também moradores da região, em muitos casos o estado não dá condições básicas para jovens conseguirem permanecer em suas comunidades. Por exemplo, em casos de dias com muita chuva ou de cheias do Rio Ribeira, crianças passam semanas sem conseguir ir à escola por conta das condições precárias da estrada de acesso.

Moradores do quilombo Bombas, localizado no município de Iporanga, lutam desde 2015 por uma estrada que dê acesso ao quilombo. O quilombo está há 5km da cidade de Iporanga e é dividido em duas partes: Bombas de Baixo, com acesso através de uma trilha de 6km, e Bombas de Cima, seguindo adiante por mais 4km em mata fechada. O acesso é através da Reserva Betary¹⁰, área de preservação destinada a pesquisadores e a educação ambiental, o que também dificulta a aprovação da construção da estrada. De acordo com Edmilson Furquim, coordenador da Associação do Quilombo Bombas, acidentes na trilha são comuns: "Pra aprender a andar de bicicleta eu levei dois tombos, mas de burro já cai mais de 30. É um

¹⁰ <https://www.ipbio.org.br/reserva-betary>

tombo atrás do outro”.¹¹ Conforme denuncia a comunidade, não há coleta de lixo nem linhas de energia, contando com geradores e sistemas fotovoltaicos para abastecer as residências.

O que é qualificado como infraestrutura no contexto do Vale do Ribeira?

Em 2024, a Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) qualifica seus pilares de ação e, mais especificamente, “infraestrutura” da seguinte forma: “o meio ambiente como elemento primeiro e integrador das demais políticas públicas; a infraestrutura enquanto pilar e meio essencial ao desenvolvimento da sociedade; e a logística, imprescindível à movimentação de pessoas e cargas, garantindo a subsistência na interligação das cadeias.”¹² Desemaranhar a teia de relações que compõem ações da SEMIL é relevante ao buscar refinar e requalificar o conceito de "infraestrutura" conforme utilizados pela secretaria ao analisar territórios quilombolas e indígenas no Vale do Ribeira. Em seu artigo ““What is infrastructure? What does it do?": anthropological perspectives on the workings of infrastructure(s)” Kanoi et al. debatem os significados e diferentes interpretações acerca da palavra “infraestrutura”. Conforme argumentam, a questão do que conta como infraestrutura é um lugar de disputa: há uma disputa na definição acerca do que é, ou não é considerado ou classificado como “infraestrutura”. (KANOI et al., [s.d.]) Para além de reconhecer o que é ou não é infraestrutura, no contexto do Vale do Ribeira, há uma disputa do acesso a infraestruturas, relativo ao modo como cada infraestrutura é construída, ou mantida. É relevante pensar uma diferenciação das infraestruturas que cabem e que não cabem em contextos de Unidades de Conservação, e de territórios Quilombolas e indígenas, conforme auto-determinadas por seus próprios moradores.

Assim, um campo complicado e complexo, que ainda resta aprofundar o debate, é a respeito de como políticas de agrobiodiversidade e políticas ambientais se atrelam a políticas de infraestrutura em pequena escala. Como modelos não extrativos de infraestrutura garantem o direito de ir e vir das populações que mantêm a agrobiodiversidade local?

¹¹ https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-caminho-pro-quilombo-em-sp-quilombolas-lutam-por-estrada-que-garanta?utm_source=isa&utm_medium=Redes&utm_campaign=O+caminho+pro+quilombo

¹² <https://semil.sp.gov.br/2023/01/secretaria-estadual-de-meio-ambiente-infraestrutura-e-logistica-publica-sua-equipe-chave/>

Entender como se deram as histórias de autorização e de não autorização de construção de infraestruturas no Vale do Ribeira é também uma chave importante para compreender sua história ambiental. Conforme argumenta o antropólogo Gregg Hetherington: “não se pode distinguir a história ambiental de uma história das infraestruturas, pois ambas são co-produzidas, sobretudo no Antropoceno, tempo geológico marcado pela interferência humana no meio ambiente em escala planetária.”¹³

A empresa CBA (Companhia Brasileira de Alumínio), parte da Votorantim, no Vale do Ribeira, navega, borra e confunde as fronteiras entre “infraestrutura” e “meio ambiente” desde 1990, quando pede o licenciamento junto à Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Ambiental do Paraná para a construção da hidrelétrica Tijuco Alto no Rio Ribeira de Iguape. Após ter seu primeiro pedido de licença negado, a empresa fez mais duas tentativas, com a terceira tentativa de licença catorze anos depois, em 2004.

Oito anos depois, em 2012, após a terceira recusa de seu pedido de licenciamento da hidrelétrica, a empresa inaugurou, entre os municípios de Tapiraí, Miracatu e Juquiá, a reserva Votorantim Legado das Águas. Segundo o website da reserva, o Legado das Águas é a “maior reserva privada de Mata Atlântica no Brasil”, com uma área de 31 mil hectares. A reserva, administrada pela Reservas Votorantim LTDA, e mantida pela Votorantim S.A., foi fundada pelas empresas CBA – Companhia Brasileira de Alumínio, Nexa, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia. Em sua página de apresentação, o Legado das Águas apresenta seu “modelo de negócios”. Na base do modelo de negócios da reserva Legado das Águas Votorantim está o mercado de carbono, como parte de um projeto de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), denominado PSA Carbonflor. Conforme declara a página do projeto: “Com pioneirismo, rigor técnico e fortes parcerias, a Reservas Votorantim apresenta mais uma solução baseada na natureza, gerando valor por meio da conservação da floresta em pé.”¹⁴ Os termos “natureza”, “valor” e “conservação”, conforme combinados na frase acima citando o PSA Carbonflor, ilustram como o mercado de carbono em “serviços ambientais” e a ameaça de construções de barragens podem representar duas faces da mesma

¹³ Hetherington, 2019 apud MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung & FIGUEIREDO, Felipe. 2021.

“Antropologia das infraestruturas”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.fflch.usp.br/subcampos/antropologia-das-infraestruturas>

¹⁴ <https://legadodasaguas.com.br/psa-carbonflor/>

moeda. A trajetória ao longo de 35 anos— desde 1990 até 2024—da empresa Votorantim no Vale do Ribeira, desde a tentativa de construção da barragem do Tijuco Alto, com a Reserva Votorantim Legado da Águas, conecta histórias e trajetórias que impõe valores importados, combinando-os com dinâmicas de mercado de carbono como um processo de “extração de valor” da floresta.

PSA e o reconhecimento do *mbya reko* na manutenção da agrobiodiversidade

Desde outubro de 2023 venho acompanhando o processo de implementação do programa Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) Guardiões da Floresta na Terra Indígena Peguaoty, em Sete Barras, com o Centro de Trabalho Indigenista. Como descreve a advogada da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Luisa Cytrynowicz, no site da CGY, o programa do PSA Guardiões da Floresta configura uma “parceria inédita entre comunidades dos povos Guarani, Tupi-Guarani, Krenak, Kaingang e Terena e Fundação Florestal (que) associa conhecimentos tradicionais à conservação ambiental em áreas de sobreposição entre TIs e UCs”.¹⁵ O programa está estruturado em quatro eixos de atuação: 1) proteção, conservação da biodiversidade através do monitoramento e ações territoriais, 2) restauração florestal e manejo da biodiversidade, 3) qualificação e interação cultural com troca de saberes e esforços em prol ao equilíbrio e perpetuidade dos recursos naturais necessários e 4) turismo etnosocial ambiental e de base comunitária.¹⁶

Conforme debatido durante a última qualificação intercultural do primeiro ciclo do PSA na TI Peguaoty, em Junho de 2024, o PSA Peguaoty é uma política importante para o fortalecimento da aliança entre a Fundação Florestal com as Terras Indígenas cujas áreas se sobrepõem. O Cacique da aldeia, Luiz Euzébio ressaltou a importância do programa e das atividades, como as atividades de monitoramento territorial também como atividades que mantém os saberes Guarani Mbya com os mais jovens, por exemplo a respeito de plantas medicinais ou dos modos de vida de cada animal: "todo bichinho tem sua trilha própria, o cateto, a anta, o tatu, não são iguais, o jovem guarani precisa saber a diferença". Luiz Euzébio

¹⁵ <https://www.yvyrupa.org.br/2023/02/09/liderancas-indigenas-e-secretaria-do-meio-ambient-e-inauguram-programa-guardioes-da-floresta-em-sao-paulo/>

¹⁶ Tais eixos também foram, por vezes, adaptados para especificidades de cada Terra Indígena na qual o programa está sendo implementado, aonde os moradores, em conjunto com ONGs e organizações parceiras (como é o caso do CTI) elaboraram seu plano de trabalho.

destacou, em sua fala, a urgência da demarcação dos territórios Guarani, considerando como o saber e as práticas guaranis em seus territórios também são fundamentais para manter a agrobiodiversidade local e a presença da Mata Atlântica.

O PSA Guardiões da Floresta também está sendo implementado, neste primeiro ciclo, na Terra Indígena Jaraguá, do qual Jurandir Tupã Djekupé Mirim também faz parte como agente indígena. Jurandir também comentou acerca da importância do PSA como um programa estratégico para fortalecer a demarcação do território, bem como ampliar o espaço de diálogo e de decisão com o Parque Estadual Jaraguá, que se sobrepõe à TI Jaraguá.

Durante uma atividade de qualificação intercultural na TI Jaraguá, lideranças do território comentaram a diferença de entendimento acerca do termo "serviço" ou da noção de trabalho dentro do PSA Guardiões da Floresta. Conforme descreveu a liderança Araju Apolinário, cacique da aldeia Ytu:

" Vocês chamam de trabalho, mas pra nós é o nosso viver. Nós estamos garantindo a continuidade da vida e do bem viver, a biodiversidade na terra, não só a vida do serviço humano ou só de um específico povo ou criatura da floresta, todos nós estamos fazendo esse fortalecimento para a continuidade "

O debate acerca dos diferentes tipos de Pagamentos por Serviços Ambientais é complexo e não é a proposta deste texto se aprofundar neste debate. Pretendo, porém, complicar este debate e aproximá-lo ao debate proposto por Jurandir Tupã Djekupé Mirim de *nhemoatyro*. Como as experiências e métricas de resultados do o PSA Guardiões da Floresta, no caso da TI Peguaoty no Vale do Ribeira, e no caso da TI Jaraguá na cidade de São Paulo, seriam revisadas se realizada de acordo com o tempo e o modo de arrumar desde a noção de *nhemoatyro* - desde os modos e tempos de arrumar/organizar de acordo com o *mbya reko*?

Desemaranhando indicadores

Desde os anos 2000, a Agência de Estatísticas do Estado de São Paulo, ou, como foi chamada posteriormente, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) usam o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), respectivamente, para argumentar que o

Vale do Ribeira é a região mais “vulnerável” do município de São Paulo. No ano 2000, o Seade fez a primeira análise a partir do índice IPVS, criado para, segundo a agência, gerar uma melhor análise de concentração de pobreza no estado. Como o memorial de cálculo do IPVS declara, o índice tem como parâmetro o espaço urbano. Um dos pressupostos no qual o índice se apoia é a “consideração que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas”. Os municípios com o valor mais baixo do índice indicam “locais prioritários para a intervenção do estado”. Ao aplicar padrões de medida de espaços urbanos, em locais de floresta primária ou rurais, tal como se dá na maior parte do Vale do Ribeira, o índice abre espaço, também, para a justificativa de urbanização dessas áreas, não considerando a presença e a manutenção da Mata Atlântica por comunidades locais como um valor.¹⁷ De acordo com a metodologia de cálculo aplicado pelo Ipea, a vulnerabilidade social expressa no IVS está organizada em três dimensões: “i) infraestrutura urbana; ii) capital humano; iii) renda e trabalho.” Repara-se que, o IVS, quando aplicado aos territórios quilombolas e indígenas do Vale do Ribeira, também usa métricas urbanas para medir e hierarquizar como “vulneráveis”, taxando com o maior índice de vulnerabilidade social territórios que não se enquadram na chave de medida “urbana”.¹⁸

Para problematizar as categorias usadas no cálculo do IVS e IVPS, é preciso ampliar sua contextualização. Em junho de 2011 o Fórum de Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira apresentou o documento “As comunidades tradicionais do vale do ribeira denunciam a omissão e opressão do estado” na assembleia legislativa de São Paulo, que declara:

“Nós das Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (Indígenas, Quilombolas, Caiçaras, Caboclos e Pescadores), representadas nesta Audiência Pública por nossas Lideranças, trazemos aos Senhores Deputados e a população em geral, a situação de descaso e abandono, pelo poder público, em que vivemos, ameaçadas por leis e decretos que ignoram nossa cultura e tradição cerceando nossos direitos fundamentais de povos tradicionais que demos origem à região do Vale do Ribeira. Direitos estes já garantidos, na Constituição Federal e em tratados internacionais como a OIT. O

¹⁷ <https://ipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>

¹⁸ https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9451/1/M%C3%A9todos_e_conceitos%20para%20o%20c%C3%A1lculo%20do%20%C3%8Dndice%20de%20Vulnerabilidade%20Social.pdf

Governo do Estado de São Paulo vem atuando com uma política ambiental que é ultrapassada, é uma política de exclusão e medo, criando unidades de conservação de proteção integral se sobrepondo aos territórios das Comunidades Tradicionais e em consequência dizimando essas populações e causando grande impacto social e ambiental, pois este modelo de unidade de conservação, além de afetar as Comunidades Tradicionais não garante a preservação ambiental. Essa política é ainda utilizada pelas prefeituras como impedimento para deixar de arrumar estradas, fazer reformas, construir pontes, levar energia... O Vale do Ribeira é a região do Estado de São Paulo que ainda preserva a Mata Atlântica. Quem a preservou? Fomos nós os moradores das Comunidades Tradicionais. Hoje somos penalizadas por isso.”¹⁹

O documento coloca em evidência a importância das práticas quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores, para a manutenção da Mata Atlântica. Também, como a contradição das políticas de preservação e proteção integral mantém a vulnerabilidade das comunidades sem reconhecer o valor ambiental e social de seu trabalho, não permitindo, por exemplo, a chegada de infraestruturas que façam sentido para a população local, com o valor condizente com seu contexto de vida. Em visita ao quilombo André Lopes, no município de Eldorado, um morador narrou a assimetria entre os serviços que o Quilombo André Lopes fornece para o Estado, e a não retribuição do serviço pelo Estado. Contou que o André Lopes tem 215 nascentes de água, quase todas potáveis, fornecendo a água limpa do quilombo para alimentar as tubulações de água que chegam nas escolas estaduais do entorno. Porém o município não dá nada em troca.²⁰ A arapillera abaixo, feita em 2022, aponta a contradição do custo da conta de luz que chega nas comunidades mensalmente:

“O preço da luz é um roubo! A cada ano que passa a conta de luz vem aumentando cada vez mais tirando o direito das famílias de ter acesso à energia, e muitas vezes fazendo a família optar entre pagar uma conta de luz ou colocar comida na mesa. As principais atingidas por esse projeto energético atual são as mulheres que fazem um malabarismo para pagar as contas e não faltar comida dentro de casa. O

¹⁹ <http://moabeldorado.blogspot.com/2011/06/documento-das-comunidades-tradicionais.html>

²⁰ Notas de campo em visita no quilombo André Lopes, junho de 2023.

questionamento que fica é porque pagamos caro, se produzimos uma energia barata?”²¹



Imagem 09: Arpillera feita pelo Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), 2022. Foto da autora no Sesc Registro.

Seria possível que o IPVS considerasse também outras perspectivas, que não apenas estatística, mas também os saberes situados, cosmologias e tecnologias quilombolas, indígenas e caiçaras no Vale do Ribeira, conforme requerido na carta do Fórum de Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira na assembleia legislativa de São Paulo em 2011? Se um índice é a tradução de relações (territoriais, emaranhamentos sociais, culturais em constante movimento e extremamente complexos) em um indicador (um número estático), quais valores são perdidos, simplificados, escondidos?

Habitar e arrumar a mata em tempos diversos

Entre os dias 21 e 23 de março de 2024 acompanhei um mutirão de limpeza realizado no sertão do Quilombo André Lopes, no Vale do Ribeira. O mutirão realizou a limpeza dos caminhos quilombolas que fazem a divisa do território do Quilombo André Lopes com o Parque Estadual da Caverna do Diabo—limite que também coincide com a divisa entre os municípios de Eldorado e o município de Barra do Turvo.

²¹ Texto de Arpilleras feitas pelo Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 2022. Foto da autora no Sesc Registro.



Imagens 10 e 11: fotos durante o mutirão de limpeza no quilombo André Lopes, 2024. Fotos da autora.

Sáimos para o mutirão às 7h30 da manhã do dia 21 em treze pessoas e três burros, Sereno, Castanho e Branco, que carregaram a maior parte do peso como panelas, ferramentas e mochilas. Antes de iniciarmos a trilha, Zélia Pupo, liderança do quilombo André Lopes e da Rede de Sementes Quilombolas do Vale do Ribeira, compartilhou que, quando criança, ia sempre para a casa de seus tios que ficava no sertão do André Lopes, no caminho da casa de pedra, para onde estávamos indo. Uma vez quando ainda menina, andando no início da tarde pelo caminho que estávamos andando, que vai até a casa de seu tio, Zélia, com sua prima, e seu tio ouviram o rugir de uma onça. O rugido estava muito próximo deles. Os três saíram correndo, com o coração pela boca, com medo da onça alcançá-los. Zélia, junto com, Maurício, Nilzo, Irineu e Adilson contaram esta e outras histórias de suas infâncias, da infância e velhice de seus pais, seus avós, tios e irmãos, junto com histórias presentes e desejos futuros, ao longo da caminhada, que durou cerca de três horas entre caminhos com nomes, memórias e relações que emergiam em cada curva, cada subida, samambaia, cipó e xaxim, até chegarmos na casa de pedra, local no sertão do Quilombo André Lopes aonde iríamos acampar. Após a chegada, após descarregarmos os burros e iniciarmos a roçar e

limpar o local para montar o acampamento, Maurício parou, olhou para os lados por um momento, e nos disse:

“Ta vendo toda essa mata aqui?” (gesticulou com os olhos e com o dedo indicador, apontando com um gesto circular para toda a nossa volta) “Pra escrever toda essa mata aqui, essa mata todinha, hoje só eu sei escrever toda ela na palma da minha mão. Só eu e os mais antigos, muitos que já faleceram. Eu conheço toda essa mata como a palma da minha mão”. (Maurício Pereira Pupo, relato em Março 2024)

Em outra ocasião, em janeiro de 2024, Maurício Pereira Pupo, Zélia Pupo e eu estávamos elaborando juntos um projeto para a construção de uma cozinha e um espaço de reunião e recepção de turistas no Quilombo André Lopes. Na elaboração do projeto, Maurício, comentou: “Estamos dentro de um quilombo. O município talvez não consiga enxergar as nossas necessidades. O município não nos considera quando elabora políticas públicas. Mas a nossa luta é constante.” (Maurício Pereira Pupo, relato em Janeiro 2024)

Maurício e Zélia sabem, através de seus próprios termos, modos, e técnicas na mata do Quilombo André Lopes—por caminhos, por histórias, por memórias, na coleta e seleção de sementes, na percepção e no saber ler cada rede de relações com árvores vivas, na época de colheita, na época de plantio, a chuva chegando, bem como rastrear pegadas, e na escolha de qual caminho seguir—as necessidades que o município não considera ao elaborar políticas públicas. Em sua fala, Maurício coloca em evidência como o Governo do Estado, ao “escrever a mata”—na qual o Quilombo André Lopes está inserido, e a qual os moradores do quilombo André Lopes mantêm—em políticas de governo, políticas ambientais e políticas públicas, não sabe ler, nem escrever, a mata do modo que Maurício sabe.

Em agosto de 2022 aconteceu a 13ª Feira de troca de Sementes e Mudanças tradicionais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Durante o evento, o Grupo de Trabalho da Roça, formado por 21 instituições quilombolas e o Instituto Socioambiental organizou a oficina “muvuca” na sede da Cooperquivale (Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira), onde lideranças e coletores de sementes das redes de sementes do Xingu, do Vale do Ribeira, e do Vale do Paraíba dialogaram e trocaram saberes e técnicas de autonomia, cuidado e agenciamento de seus territórios em cada contexto específico.



Imagem 12: Mudanças, casa de sementes - Rede de Sementes Vale do Ribeira - Quilombo Nhunguara, 08/04/2023. Foto da autora.

A 13ª Feira de troca de Sementes e Mudanças tradicionais das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira é fruto da demanda de agricultores quilombolas locais pela manutenção da variedade agrícola e defesa do direito à fazer roça. A roça de coivara, reconhecida como patrimônio cultural imaterial brasileiro²², é uma das técnicas que sustenta o plantio nos quilombos do Vale do Ribeira, a partir do conhecimento técnico milenar das comunidades quilombolas. A prática da roça de coivara faz a queima controlada para gerar nutrientes através das cinzas e dos restos de madeira apodrecida dos cultivos anteriores e continuidade do plantio de reflorestamento, através da muvuca e outras técnicas de cultivo da roça em

²² ISA. Sistema Agrícola Quilombola e o reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos. 2017. Acesso: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/sistema-agricola-quilombola-e-o-reconhecimento-da-qualidade-organica-dos-alimentos>

colaboração com a manutenção da Mata Atlântica. Os alimentos das roças locais (como batata doce, abóbora, feijão) sustentam a segurança alimentar das famílias.²³

Durante a pandemia da Covid-19, agricultores quilombolas do Vale do Ribeira projetaram uma rede de distribuição emergencial de alimentos orgânicos produzidos em suas roças para famílias enfrentando insegurança alimentar na cidade de São Paulo, quebrando a separação binária entre cidade e campo. A rede de infraestruturas de ajuda mútua das roças quilombolas do Vale do Ribeira nas múltiplas e diversas regiões do alto, médio e baixo vale do ribeira, colabora com a autonomia de áreas aonde infraestruturas da cidade não chegam.²⁴

Este texto é, antes de tudo, uma pequena peça que aprende e busca contribuir com redes e articulações muito maiores com as muitas lideranças e suas lutas e resistências Guarani Mbya e Quilombolas Vale do Ribeira, com organizações como a Comissão Guarani Yvyrupa e a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - Vale do Ribeira (EAACONE), juntamente com uma gama de parceiros, como é o caso do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e do Instituto Socioambiental (ISA) que somam a estas lutas, já trabalhando há décadas com estes questionamentos. É uma peça pequenininha, que se acopla, se alia e se alinha com esta vasta rede e trama de longas histórias de resistências e de saberes quilombolas e Guarani Mbya entre o Vale do Ribeira e a Cidade de São Paulo, já atuando e tecendo suas articulações e lutas diárias há dezenas e centenas de anos.

Parto do lugar de pessoa branca, *jurua*. Também, a partir do imenso aprendizado com lideranças, moradores, *xondaros* e *xondarias*, *xeramois* e *xejary kuery* Guarani nas Terras Indígenas Jaraguá, Peguaoty, Takuari, e lideranças quilombolas dos quilombos André Lopes, Nhunguara, Sapatú, São Pedro, Pilões, Bombas, no Vale do Ribeira, parto de um lugar de aprendizado e de aliança. Aprendo com histórias que, como uma pesquisadora branca, não indígena e não quilombola, não me pertencem e peço autorização para cada um que compartilhou sua história, para esta história estar aqui em diálogo com quem as lê, sempre colocando em evidência sua história e sua origem territorializada.

²³ ISA. No Vale do Ribeira, quilombolas festejam as sementes de resistência. 2022. Acesso: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/no-vale-do-ribeira-quilombolas-festejam-sementes-de-resistencia>

²⁴ ISA. Do quilombo à favela - Alimento para a Resistência negra. 2022. Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=QgQkqt2auXc>

Os emaranhamentos destas histórias, entre práticas de espaciais quilombolas e indígenas e demandas por políticas públicas auto-determinadas, apresentam um campo crítico estrutural comum: da análise crítica da branquitude e colonialismo no campo das políticas públicas e do campo do planejamento regional, ao mesmo tempo que a urgência de aprender com a importância de práticas quilombolas e indígenas para a manutenção da agrobiodiversidade e segurança climática no Estado de São Paulo.

Bibliografia:

Adams, Cristina; Cunha, Manuela Carneiro da; Barbosa, Sônia Barbosa Magalhães. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil – Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2022.

Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira. Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios Quilombolas, Vale do Ribeira - SP. Novembro 2020.

FUNAI. Relatório Circunstanciado De Identificação E Delimitação Terra Indígena Guarani Peguaoty - Sp, Vale Do Ribeira, Município De Sete Barras, 2010.

ISA. Inventário Cultural de Quilombos do Vale do Ribeira. 2013

_____. No Vale do Ribeira, quilombolas festejam as sementes de resistência. 2022. Acesso: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/no-vale-do-ribeira-quilombolas-festejam-sementes-de-resistencia>

_____. Do quilombo à favela - Alimento para a Resistência negra. 2022. Acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=QgQkqt2auXc>

_____. Sistema Agrícola Quilombola e o reconhecimento da qualidade orgânica dos alimentos. 2017. Acesso: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-vale-do-ribeira/sistema-agricola-quilombola-e-o-reconhecimento-da-qualidade-organica-dos-alimentos>

Hetherington, 2019 apud MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung & FIGUEIREDO, Felipe. 2021. “Antropologia das infraestruturas”. In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <https://ea.ffiich.usp.br/subcampos/antropologia-das-infraestruturas>

KANOI, L. et al. ‘What is infrastructure? What does it do?’: anthropological perspectives on the workings of infrastructure(s). Environ. Res.: Infrastruct. Sustain. 2, [s.d.].